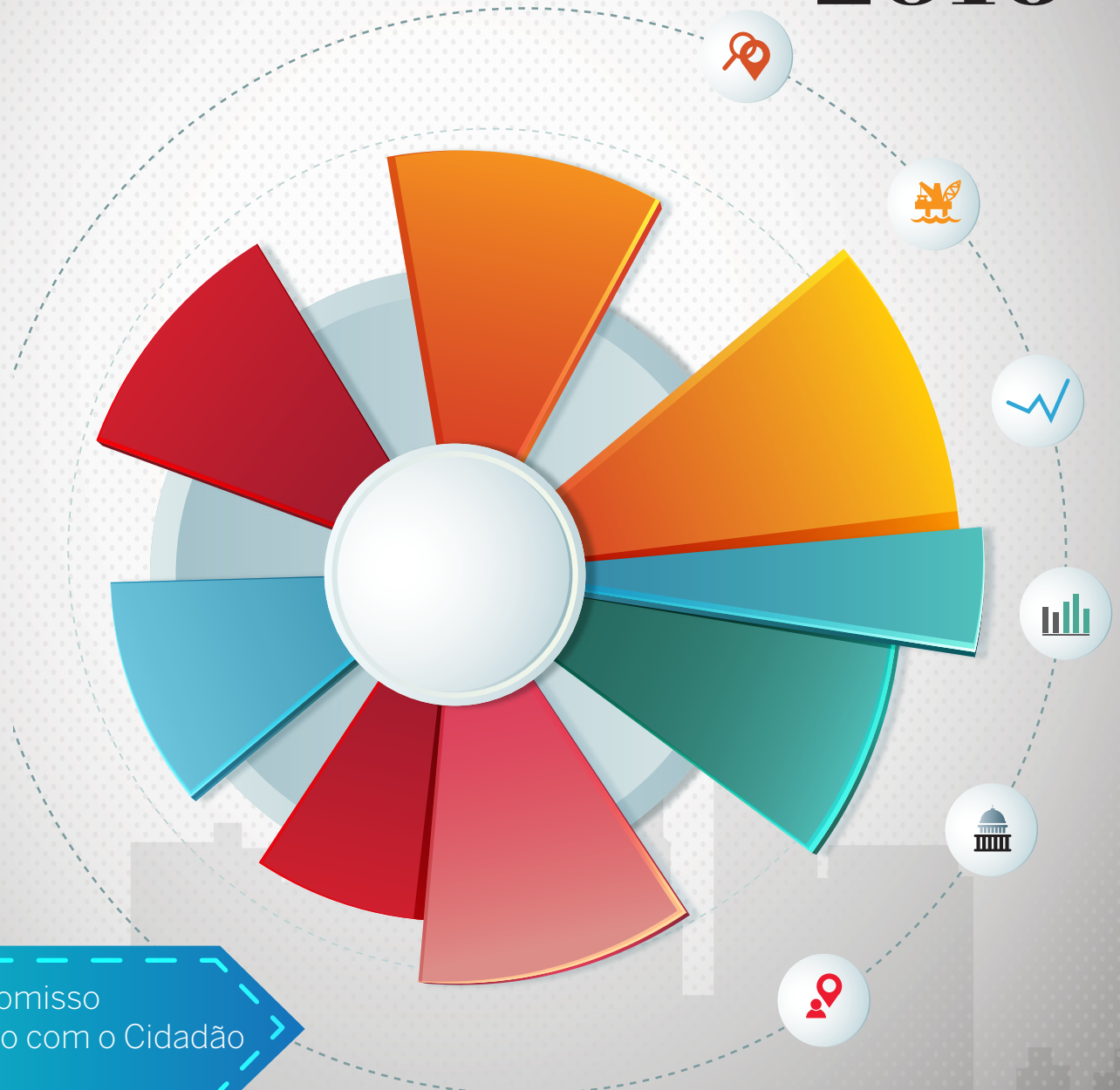




REPÚBLICA DE ANGOLA

SUPLEMENTO ESPECIAL

ORÇAMENTO CIDADÃO 2016



Um Compromisso
do Executivo com o Cidadão



MINISTÉRIO DAS
FINANÇAS

Ficha Técnica

Título	Orçamento Cidadão 2016
Edição:	Gabinete de Estudos e Relações Internacionais (GERI)
Paginação e Design:	Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI)
Fotografia:	Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI)
Direcção Institucional:	Armando Manuel, Ministro das Finanças Ministério das Finanças (MINFIN)

Ministério das Finanças

Morada:	Largo da Mutamba
Telefone:	
e-mail:	gci@minfin.gv.ao
site:	www.minfin.gv.ao

O QUE É O PND?



O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017, elaborado com base na Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Longo Prazo “Angola 2025”, é o primeiro plano de médio prazo, concebido para ser o veículo principal do desenvolvimento económico e social do País. Este Plano deve assim orientar e intensificar o ritmo e a qualidade do desenvolvimento em direcção ao rumo fixado: aumentar a qualidade de vida do Povo Angolano de Cabinda ao Cunene, transformando a riqueza potencial que constituem os recursos naturais de Angola em riqueza real e tangível dos angolanos.

O Orçamento Geral do Estado para 2014 assume os grandes Objectivos Nacionais fixados no PND:

1. Preservação da unidade e coesão nacional.
2. Garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento.
3. Melhoria da qualidade de vida.
4. Inserção da juventude na vida activa.
5. Desenvolvimento do sector privado.
6. Inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

CONCEITOS GERAIS

Orçamento Cidadão, o que é e para que serve? Como se elabora o OGE?

- O Cidadão trata-se de um documento resumo do Orçamento Geral do Estado, nos seus pontos essenciais que visa tornar acessível e compreensível a informação sobre a gestão dos recursos público. Deste modo, o Orçamento Cidadão é um dos instrumentos do Governo para, no âmbito do seu compromisso de gestão transparente do erário público, fazer chegar ao cidadão as linhas gerais do Orçamento Geral do Estado, garantido uma maior participação do Cidadão nas fases do processo orçamental. É assim que ao Longo do Orçamento Cidadão procura-se utilizar uma linguagem simples e acessível a todos.
- O Orçamento Geral do Estado (OGE) é formado pelo Orçamento Fiscal, da Seguridade e pelo Orçamento de Investimentos Públicos. Existem princípios básicos que devem ser seguidos para elaboração e controle do Orçamento e que estão definidos na Constituição da República. Ou seja, O Governo define no Projecto de Lei Orçamental Anual, as prioridades da política sectorial e as metas que deverão ser atingidas naquele ano civil e deverá ser aprovada pela Assembleia Nacional. O Governo através do Ministério das Finanças, avalia e consolida as propostas do Projecto do Orçamento Geral do Estado submetido ao Presidente da República e este por sua vez remete à Assembleia Nacional para aprovação.

O que é o Orçamento Geral do Estado?

- O Orçamento Geral do Estado é uma previsão das receitas e despesas anuais do Estado. Engloba um conjunto de documentos que, com forma de lei, apresentam a discriminação das receitas e despesas a efectuar durante um determinado ano. Inclui ainda a autorização concedida à Administração Financeira para cobrar receitas e realizar despesas.

Qualquer Orçamento de Estado cumpre três conjuntos de funções: económicas (permite uma melhor gestão dos recursos públicos), e de eficácia, pois permite ao Governo conhecerem a política económica global do Estado), políticas (garante os direitos fundamentais dos cidadãos, ao impedir que sejam tributados sem autorização dos seus legítimos representantes, e o equilíbrio de poderes, já que, através do mecanismo de autorização política, a Assembleia da República pode controlar o Governo) e jurídicas (através de normas que permitem concretizar as funções de garantia que o Orçamento pretende prosseguir).

É usualmente formalizado por meio de Lei, proposta pelo Poder Executivo, apreciada e ajustada pelo Poder Legislativo (assembleia) na forma definida pela Constituição de acordo com os princípios de Unidade, Universalidade, Anualidade e Publicidade.

O que são Receitas Públicas?

- Receita Pública é o montante total (impostos, taxas, contribuições e outras fontes de recursos) em dinheiro recolhido pela Administração Geral Tributária e depositada no Tesouro Nacional, incorporado ao Património do Estado, que serve para custear as despesas públicas e as necessidades de investimentos públicos.

O que são Despesas Públicas?

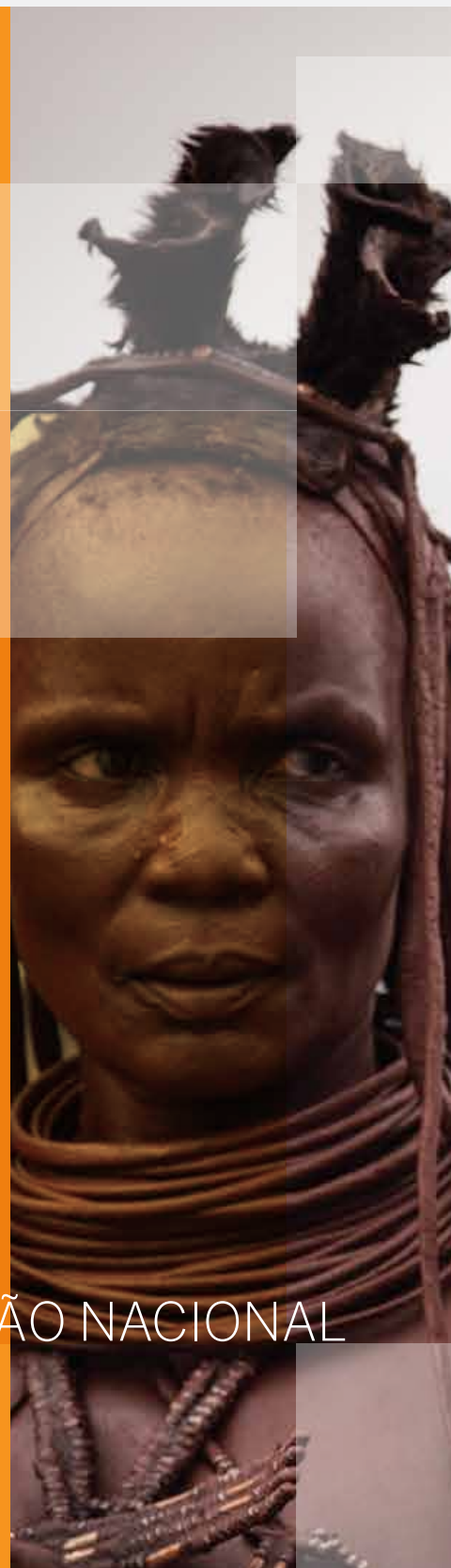
- Despesa Pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a realização de investimentos (despesas de capital). As despesas públicas devem ser autorizadas pelo Poder Legislativo, através do acto administrativo chamado orçamento público.

O que é o Deficit ou Superavit orçamental?

- Superavit é quando há um excesso de receita, em relação à previsão, fazendo com que seja superior à despesa, representando assim um benefício nas contas públicas. Deficit é quando se regista uma receita inferior à estimativa de receitas num determinado período, fazendo com que as despesas fixadas sejam maiores às receitas previstas. Em caso de superavit isto significa poupança, enquanto o deficit, o Governo teria de recorrer a um financiamento adicional, endividando-se.

1º

Objectivo do PND
PRESERVAÇÃO DA UNIDADE E COESÃO NACIONAL





Os principais objectivos do Executivo neste âmbito são os seguintes:

- Melhorar as tendências demográficas e promover a intervenção activa da população no processo de desenvolvimento e de reconstrução do País;
- Assegurar os pressupostos fundamentais para a estratégia de reforço da democracia e da promoção do desenvolvimento nacional;
- Promover a dignificação dos Ex-Militares, em reconhecimento à sua participação da Luta de Libertação Nacional;
- Assegurar a reinserção socioeconómica e profissional dos ex-Militares.
- Promover a satisfação de necessidades fundamentais da população e a criação de uma maior eficiência e competitividade da economia e do sector empresarial;
- Implementar de forma progressiva um Programa de Desconcentração e Descentralização Administrativa.
- Combater os desequilíbrios territoriais existentes no País, através do desenvolvimento de uma rede de pólos de desenvolvimento, pólos de equilíbrio, plataformas de internacionalização e eixos de desenvolvimento, consolidados e potenciais.

Principais documentos do OGE

Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado:

O processo de elaboração das propostas orçamentais tem início com atribuição dos Limites de Despesa aos Órgãos do Sistema Orçamental e estes por sua vez procedem a afectação do Limite de Despesa de cada Unidade Orçamental. A base de dados do SIGFE, para a recolha das propostas orçamentais, será aberta com as células orçamentais do exercício económico anterior e com valores “Zero”, sendo que, cada unidade Orçamental, em função das despesas a propor para o ano previsto, poderá criar “Novas Células Orçamentais”. No prosseguimento das melhorias do processo de orçamentação, na elaboração das propostas orçamentais deve ser observada a metodologia de orçamentação por programas, como modelo de afectação de recursos orçamentais às instituições do Estado.

A “Metodologia de Orçamentação Por Programas” visando melhorar os padrões de eficácia e eficiência da despesa pública, incentivando uma afectação de recursos públicos assente em prioridades e objectivos específicos, centrados na redução da pobreza e numa gestão físico-financeira baseada em resultados. A Metodologia de Orçamentação por Programas tem por objectivo:

- I.** Estruturar as despesas em programas – assegurando o melhor equilíbrio entre custo, qualidade e prazo;

- II.** Assegurar o alinhamento dos Programas com os objectivos gerais e áreas estratégicas do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017;
- III.** Proporcionar a afectação de recursos nos orçamentos anuais de modo compatível com os objectivos e estabelecidos no Plano Nacional de Desenvolvimento e no Cenário Fiscal de Médio Prazo;
- IV.** Melhorar o desempenho na gestão da administração pública, tendo como elemento básico a definição de responsabilidade por custos e resultados de cada programa;
- V.** Criar condição para a melhoria contínua e mensurável da qualidade e produtividade dos bens e serviços públicos;
- VI.** Oferecer elementos para que as acções de controlo interno e externo possam relacionar a execução física e financeira dos programas aos resultados da actuação do Executivo; e.
- VII.** Dar maior transparência à aplicação de recursos públicos e aos resultados obtidos.

Lei do Orçamento Geral do Estado:

O Orçamento Geral do Estado para o Exercício Económico de 2016, doravante designado por Orçamento Geral do Estado/2016, é elaborado e aprovado nos termos dos prazos estabelecidos pela Lei n.º15/10, de 14 de Julho, Lei do Orçamento Geral do Estado. Lei que aprova o OGE 2016 estimado em Kz **6.429.287.906.777,00** (Seis Trilhões, Quatrocentos e Vinte e Nove Biliões, Duzentos e Oitenta e Sete Milhões, Novecentos e Seis Mil, Setecentos e Setenta e Sete Kwanzas).

Síntese de Execução do OGE:
Publicadas mensalmente pela DGO, apresentam dados sobre a liquidação mensal da receita e da despesa para os vários subsectores das administrações públicas.

Conta Geral do Estado:
Documento que apresenta a comparação dos valores orçamentados (receitas e despesas) e o executado.



2º

Objectivo do PND
GARANTIA BÁSICA DOS PRESSUPOSTOS BÁSICOS
AO DESENVOLVIMENTO



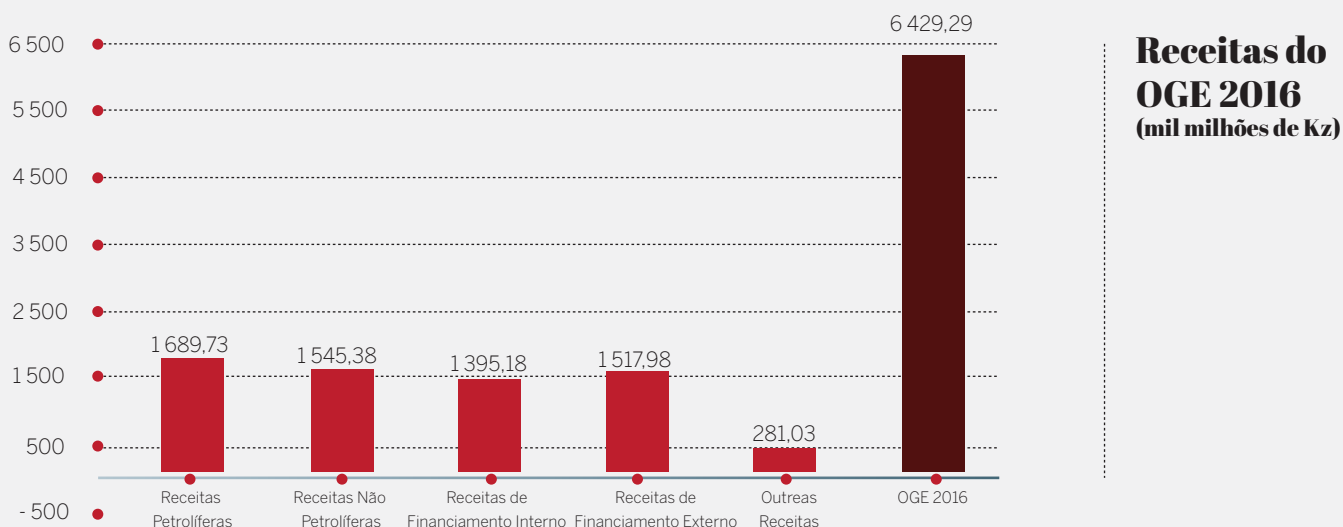
Para garantir que todos os pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento sejam garantidos, os seguintes objectivos norteiam a actuação do Executivo:

- Adopção de medidas que viabilizam a manutenção da inflação nos níveis de um dígito;
- Estabilidade cambial e esvaziamento da função do mercado paralelo;
- Obtenção de saldos orçamentais correntes positivos e saldos orçamentais globais (excluindo investimentos públicos de tipo estruturante) em relação ao PIB, próximos do equilíbrio;
- Alcançar níveis elevados de emprego, produtividade e competitividade, bem como a valorização e a diversificação estrutural da economia angolana.
- Promover o acesso de todos os angolanos a um emprego produtivo, qualificado, remunerador e socialmente útil e assegurar a valorização sustentada dos recursos humanos nacionais;

Origem e Aplicação dos Recursos

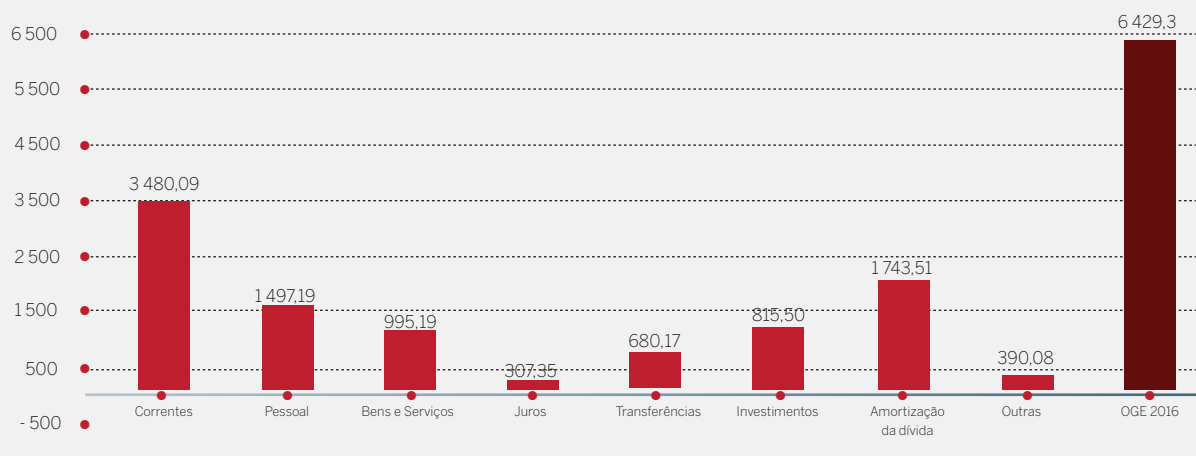
Fonte de Receitas do Estado:

As principais fontes de receita pública do Orçamento Geral do Estado são a receita fiscal, as contribuições para a segurança social pagas pelas entidades empregadores (8% do salário bruto) e pelos trabalhadores (3% do salário bruto, as receitas), e doações.



Receitas do OGE 2016
(mil milhões de Kz)

Despesas do OGE 2016 (mil milhões de Kz)



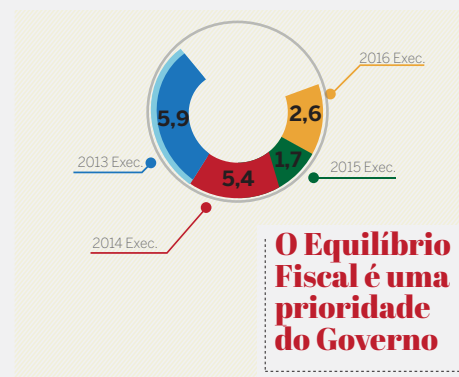
Receitas Tributárias previstas para 2016:

Reforma dos Subsídios:

Expressas em mil milhões de Kwanzas	OGE 2016
1- Receitas Tributária	2 295,88
1.1- Impostos	1 973,72
1.1.1- Impostos Sobre Rendimentos	1 054,42
Imposto Sobre o Rendimento do trabalhador por Conta de Outrem	213,62
Imposto Sobre o Rendimento do Petróleo	368,50
Imposto Industrial	416,54
1.1.2- Imposto Sobre o Património	46,99
Imposto Predial Urbano	45,07
Imposto Sobre Sucessões e Doações	0,35
1.1.3- Imposto Sobre a Produção	165,42
Imposto Sobre Produção da Indústria Petrolífera	158,23
Imposto Sobre Produção de Diamantes	6,95
Imposto Sobre Produção de Produtos Diversos	0,24
1.1.4- Imposto Sobre o Consumo	431,95
Imposto Sobre o Consumo de Bens	248,64
Imposto Sobre o Consumo de Serviços	35,48
Imposto de Selo	147,83
1.2- Taxas Custas e Emolumentos	82,42
1.3- Receita Parafiscal	48,28
1.4- Contribuições	191,47
1.5- Receita Patrimonial	1 182,10
2- Receitas de Capital	2 915,46

A evolução das despesas com os subsídios, nos últimos anos, tem constituído motivo de preocupação. A nível orçamental, chegaram a atingir 5,9% do **PIB** entre 2013 e 5,4% do PIB em 2014. Neste contexto, o Governo deu início a estratégia de redução da carga dos subsídios aos preços, ao introduzir até então três ajustamentos, em Setembro e Dezembro de 2014, e o terceiro em Abril do corrente ano. De acordo com as previsões, as despesas com subvenções poderão se reduzir a cerca de 2,6% do **PIB** em 2016.

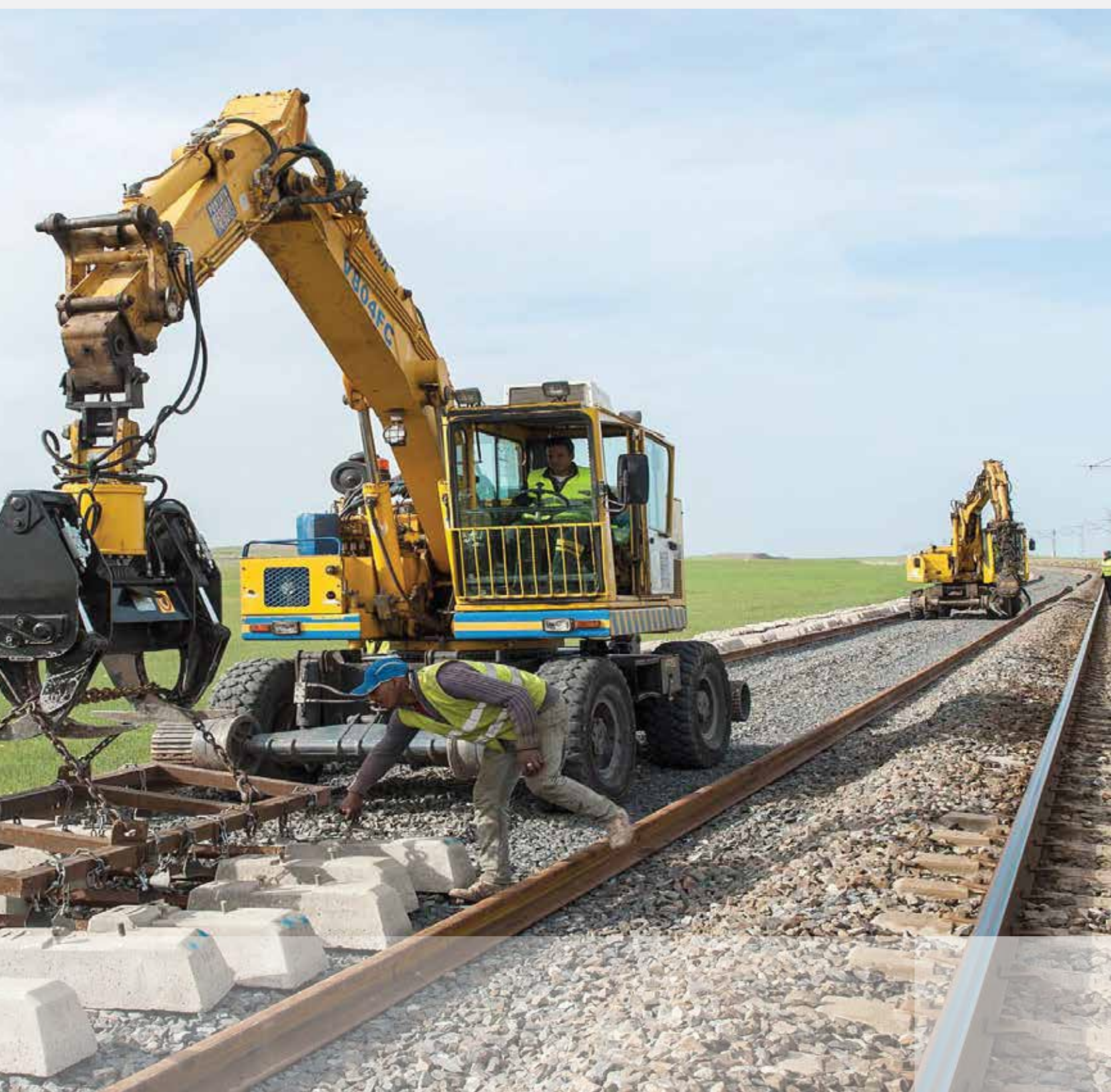
Peso dos Subsídios aos combustíveis no PIB



3º

Objectivo do PND
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA





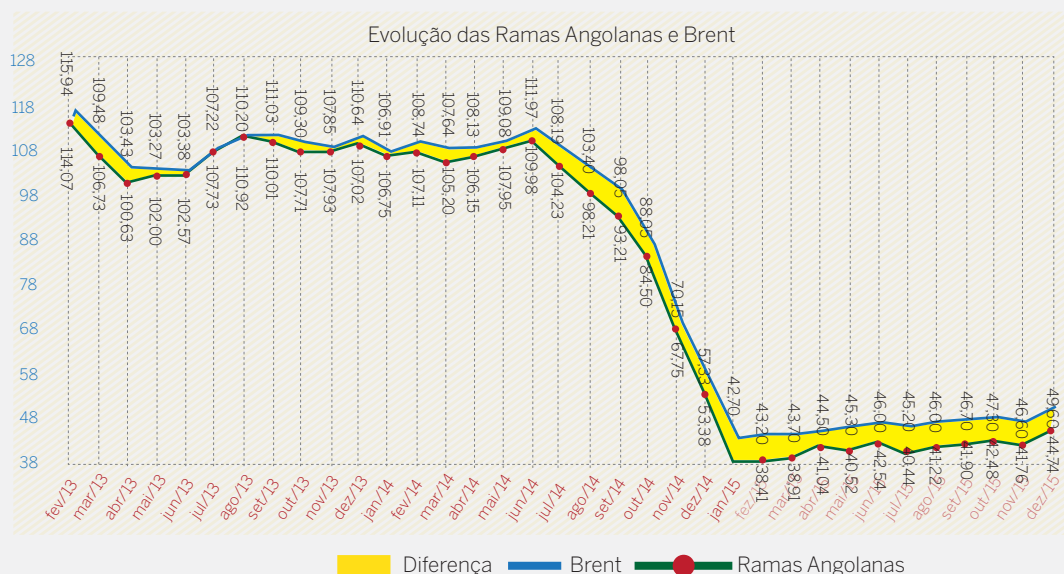
O Executivo busca incessantemente a elevação da qualidade de vida de toda a sociedade por intermédio de uma melhor distribuição do rendimento nacional, transformando a riqueza potencial que constituem os recursos naturais de Angola em riqueza real e tangível dos angolanos. Assim, as seguintes acções serão desenvolvidas:

- Continuar a desenvolver e consolidar as acções que visam uma melhor repartição do rendimento nacional;
- Melhorar a implementação, de forma integrada, dos programas de rendimento mínimo e outras formas de protecção social.

ACTUAL CENÁRIO ECONÓMICO vs. OGE 2016

Pressupostos Macroeconómicos para 2016:

Evolução do preço médio do petróleo



Para o ano 2016 prevê-se a manutenção do quadro macroeconómico restritivo observado ao longo de 2015, marcado pela trajectória instável do preço do petróleo Brent nos mercados internacionais.

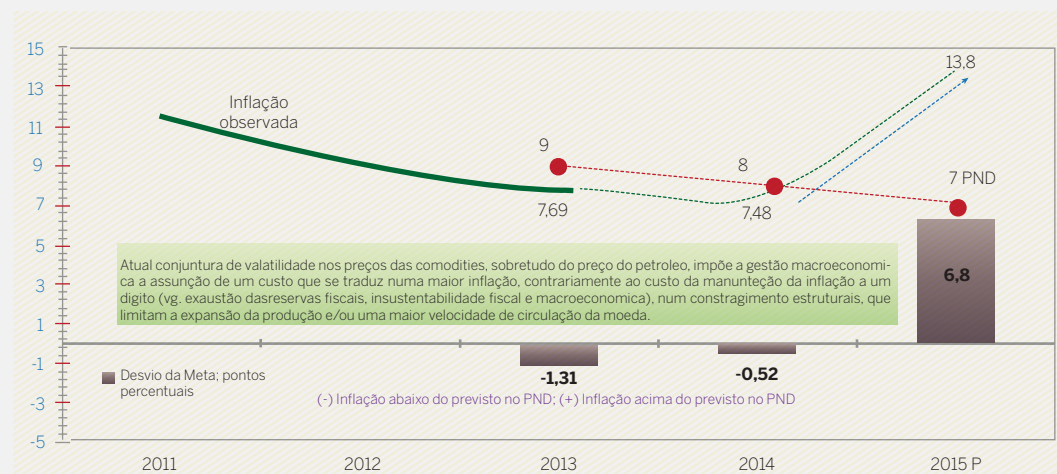
Por outro lado, as previsões de médio prazo para preço do petróleo apontam para uma recuperação lenta do preço, devendo o mesmo apresentar uma tendência crescente, mas estabilizando abaixo dos US\$ 70.

A tabela a seguir apresenta as hipóteses técnicas de partidas subjacentes ao quadro macroeconómico 2016.

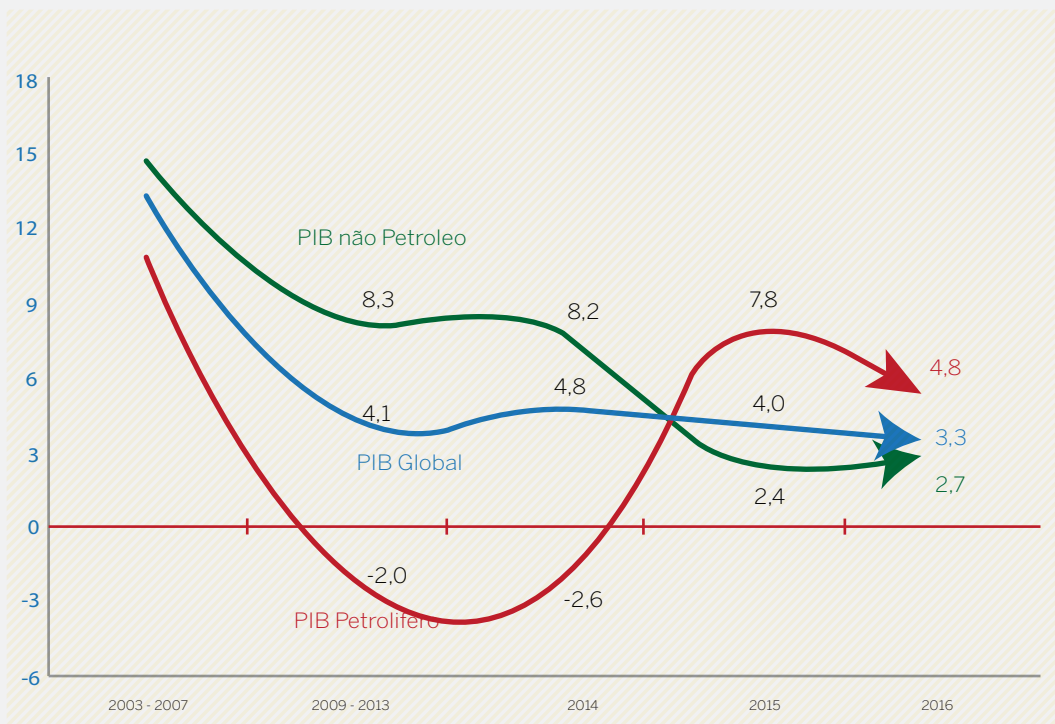
INDICADORES	2013	2014	2015	2015	2016	
	Est.	Est.	PND	(PME-Outubro)	PND	Presupostos Técnicos
Taxa de Cambio (Kz/US\$)	96,6	98,3	99,1	125,98	100,1	
Inflação (%)	7,7	7,5	7	13,8	7	11 - 13
Produção Petrolífera (MBbl)	626,3	610,2	732,5	657,7	760,3	689,4
Produção Petrolífera (MBbl) /dia	1,716	1,617	2,01	1,802	2,083	1,888
Preço Médio do Petróleo (US\$/Bbl)	107,7	96,9	92	53	89,9	45

Quanto a inflação e de taxa de câmbio, com a manutenção de tendência de queda do preço do petróleo, assim como das expectativas dos agentes económicos sobre a dinâmica futura do canal de transmissão taxa de câmbio, esperam-se ajustamentos na economia, alinhando-se assim gradualmente a devolução da tendência da taxa de inflação para o centro de gravitação de 7,7% previsto no PND 20113-2017.

Evolução da taxa de inflação



Crescimento económico previsto para 2016:



De acordo com as previsões mais recentes, espera-se para 2016, o crescimento do **PIB** real de 3,3%. Este crescimento esperado do PIB real em 2016 é sustentado tanto pelo crescimento de 4,8% previsto para a produção petrolífera, bem como pelo crescimento de 2,7% do sector não petrolífero.

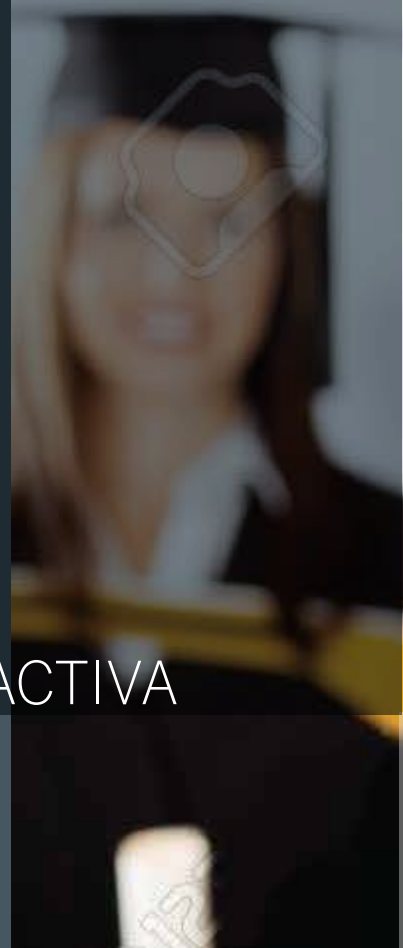
Relativamente ao crescimento previsto de 7,5% no PND 2013-2017 para o ano 2016, o crescimento acumulado de 3,3% representa um agravamento, traduzindo um desvio na ordem dos 4,14pp.

A tabela abaixo apresenta uma síntese dos números do crescimento real para 2016, e as contribuições dos principais agregados macroeconómicos para a taxa de crescimento real global do PIB, bem como os níveis esperados para o PIB em termos nominais.

	2013	2014	2015	2016
PIB Real e Componentes da Produção (%)				
PIB	6,8	4,8	4	3,3
Agricultura	42,3	11,9	2,5	4,6
Pescas e derivados	2,4	19,1	2	0,2
Diamantes e outros	3,3	1	3,2	1
Petróleo	-0,9	-2,6	7,8	4,8
Indústria transformadora	8,6	8,1	2,6	3,1
Construção	8,1	8	3,5	3,1
Energia	34,4	17,3	12	20
Serviços mercantis	7	8	2,2	2,4
Outros	0,7	6	1,1	0
Contributos para o crescimento do PIB (%)				
Sector Petrolífero	-0,3	-0,8	2,3	1,5
Sector Não Petrolífero	7,2	5,6	1,7	1,9
PIB Nominal (mil milhões de Kz)				
dos quais: Não Petrolífero	7 238,60	8 158,00	9 495,90	11 108,40

4º

Objectivo do PND
INSERÇÃO DA JUVENTUDE NA VIDA ACTIVA





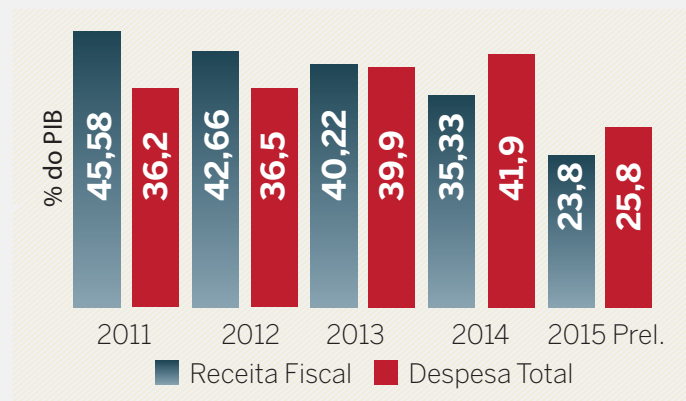
A Juventude é prioridade nas acções do Executivo que, através de políticas específicas, busca promover a sua inserção e participação activa nos processos de transformação política, social, económica e cultural do País. Destaques nesta esfera incluem:

- Promover soluções para os principais problemas da juventude e alcançar os grandes objectivos de democracia participativa e de desenvolvimento social;
- Promover a qualificação e formação profissional de jovens e adolescentes, visando a sua inserção no mercado de trabalho e na vida económica.

Orçamento Geral do Estado 2016

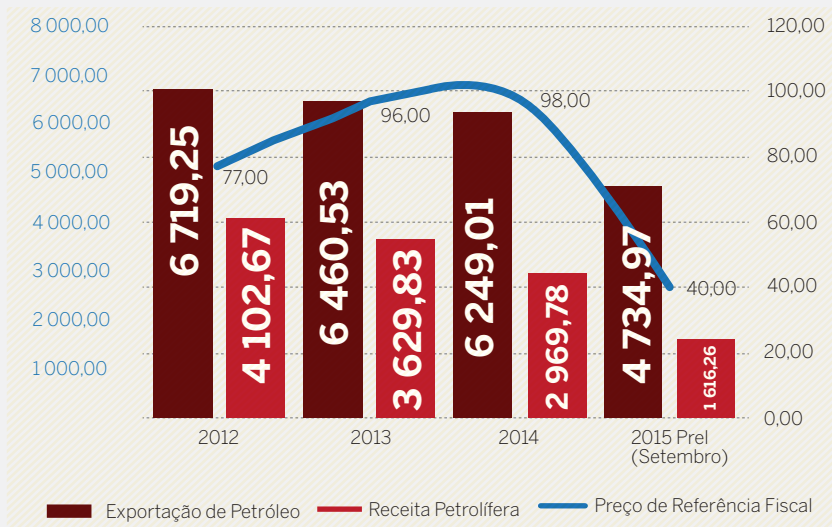
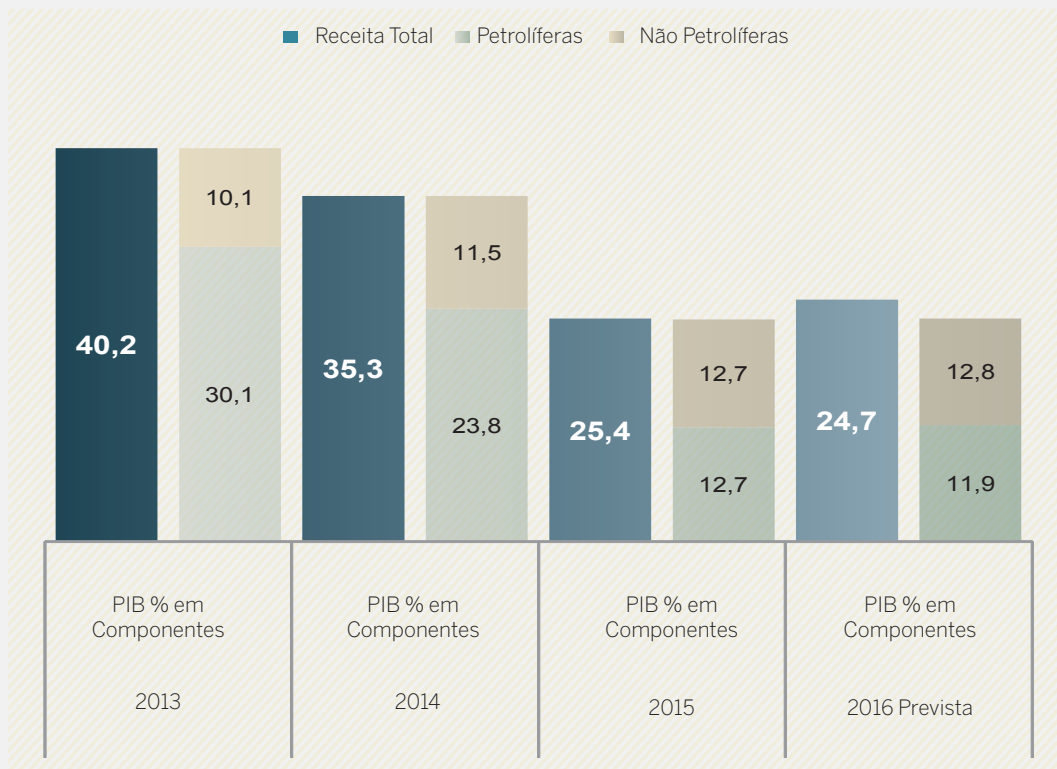
Síntese do Desempenho Fiscal e Perspectivas para 2016:

Durante o período 2011-2014, as receitas fiscais em percentagem do PIB registaram uma tendência de queda, esperando-se a mesma evolução no corrente ano. Não obstante, a despesa apresentar, no mesmo período um comportamento estável com ligeiros aumentos, a mesma observou 2pp em 2014, tendo atingindo os 41,9% do PIB. Para 2015, as estimativas são de que, a despesa venha a estabelecer-se em 25,8% do PIB, cerca de 38,4% abaixo do nível registado em 2014, reflectindo uma queda importante, justificada pelo ajustamento fiscal realizado no início de 2015, devido a queda do preço do petróleo. Os dados preliminares de fecho para o ano de 2015, indicam um défice de cerca de 2%

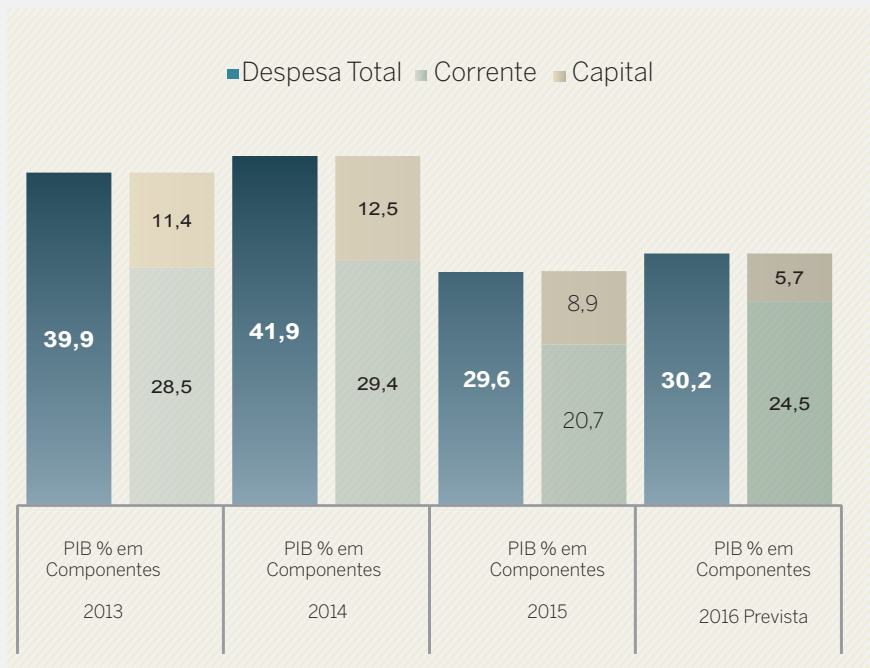


As projecções fiscais de médio prazo foram preparadas para o horizonte 2013-2017, em consonância com o PND 2013-2017. As projecções disponíveis para o encerramento do primeiro ciclo do Quadro Fiscal de Médio Prazo apontam para a ocorrência de um défice de 5,5% em 2016, justificado pela necessidade de se dar continuidade a Agenda do Executivo, em particular, no domínio das infra-estruturas, com impacto macroeconómico.

Composição das receitas em % do PIB:



Evolução do sector petrolífero e seu impacto sobre as receitas petrolíferas:



Composição das despesas em % do PIB:



Evolução do saldo fiscal:

As perspectivas de fecho 2015, indicam que o défice global será de 4,2% do PIB, cerca de 2,8 % abaixo do défice inicialmente previsto no âmbito OGE 2015 Revisto. Esta melhoria do Saldo fiscal resulta da queda de 21,6% despesa pública, face ao ano 2014, ao atingir em 2015 cerca de Kz 3.776,2 milhões. A despesa corrente estima-se em Kz 2.639,7 mil milhões (20,7% do PIB) e a despesa de capital estima-se que venha situar-se em Kz 1.136,5 mil milhões, correspondendo a 8% do PIB.

5º

Objectivo do PND
APOIO AO EMPRESARIADO NACIONAL





Os objectivos do Executivo no âmbito da promoção do empresariado nacional envolvem:

- Valorizar a capacidade empreendedora como alicerce do desenvolvimento sustentável;
- Incrementar o volume de investimento privado, de origem nacional e estrangeira, e incentivar a localização no País de investimento estruturante que promova os objectivos específicos da sua estratégia de desenvolvimento;
- Assegurar o funcionamento transparente e competitivo dos mercados;
- Melhorar a eficiência das indústrias de rede e dos mercados financeiros.



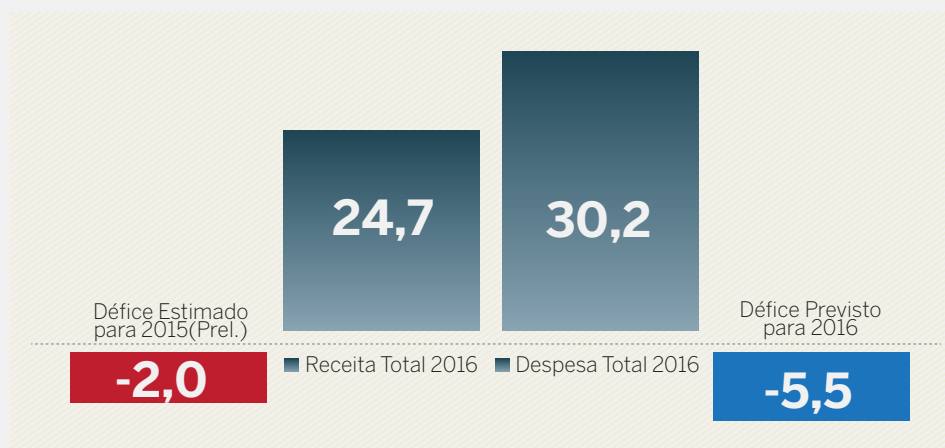
Os principais incentivos ao desenvolvimento do sector privado nacional estão consubstanciados:

- Na disponibilização de crédito subsidiado;
- No apoio das instituições públicas, tais como o INAPEM, no desenvolvimento de projectos de investimento;
- Na actuação do BDA no fomento á agricultura e à indústria.



ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2016

Para o OGE 2016, esta prevista, em valores absolutos, a arrecadação de Receitas Fiscais em cerca de Kz 3.514,5 mil milhões e Despesas Fiscais fixadas em cerca de Kz 4.295,7 mil milhões, correspondendo, respectivamente, a 24,7% e 30,2% do PIB. Com efeito, em valor absoluto, prevê-se um Défice Global de Kz 781,2 mil milhões, ou seja, cerca de 5,5% do PIB.



RECEITA

Relativamente a receita prevista no OGE 2016, espera-se um crescimento do nível geral de receitas de cerca de 31%, comparativamente ao OGE 2015 Revisto, em consequência do crescimento das receitas petrolíferas em cerca de 63%, enquanto para as receitas não petrolíferas espera-se um crescimento de aproximadamente 8%.

DESPESA

Quanto as despesas, comparativamente ao OGE 2015 Revisto, a presente proposta orçamental para 2016 reflecte um cenário mais optimista, prevendo-se um crescimento da despesa total em torno de 22,8%. A despesa de capital cresce em cerca de 28,1%, todavia, destaca-se a despesa com os subsídios, para as quais se pretende a contínua redução do seu peso a nível orçamental, relevando-se a continuidade da reforma da subvenção aos combustíveis, por forma a criar espaço fiscal para acomodação das opções de política.

Expressas em mil milhões de Kwanzas	OGE 2016
Total Geral	6429,29
3 - Despesas Correntes	3 390,09
3.1-Despesas com o Pessoal	1 420,45
3.2-Contribuições do Empregador	76,92
3.3-Despesas em Bens e Serviços	905,19
3.4-Juros	307,35
3.5-Subsídios e Transferências Correntes	680,17
3.5.1-Subsídios	370,07
3.5.1.1.0.1-Subsídios a Preço	319,23
3.5.2-Transferências Correntes	310,10
4-Despesa de Capital	2 940,20
4.1-Investimentos	751,01
4.2-Transferência de Capital	182,93
4.3-Despesas de Capital Financeiro	2 000,14
4.3.1-Aplicação em Activos Financeiros	256,63
4.3.2-Amortização de Passivos Financeiros	1 743,51
4.3.3-Outros de Passivos Financeiros	216,41
4.9-Outras Despesas de Capital	15,11

Esta prevista para o ano de 2016, a realização de despesas com pessoal do montante de KZ 1.497,4 mil milhões, para o consumo de bens e serviços cerca de Kz 905,2 mil milhões, pagamento de juros e transferências correntes no montante de Kz 307,4 mil milhões e Kz 680,2mil milhões, respectivamente e Kz 815,6 mil milhões em investimentos.

Despesas Fiscais (Isenções Fiscais)

O esforço do Executivo para a diversificação da economia vem contemplando a concessão de isenções fiscais. Para o ano de 2016, as isenções fiscais previstas são no montante de Kz 69,48 mil milhões, representando 1,1% do total do OGE.





6º

Objectivo do PND
INSERÇÃO COMPETITIVA DE ANGOLA NO MERCADO
INTERNACIONAL



Estratégia para inserir Angola no Mercado internacional engloba:

- A promoção da integração regional com liderança – actuando de forma activa nas negociações para a formação do mercado comum regional;
- Tomar iniciativas políticas para garantir a segurança e a estabilidade política regional;
- Reforçar a posição geoestratégica do País, afirmando-se como plataforma de articulação entre a SADC a CEEAC e a região do Golfo da Guiné.

Para concretizar estes objectivos, serão implementadas acções voltadas para:

Criar condições favoráveis para a modernização do País e para a melhoria da competitividade de Angola num mundo cada vez mais globalizado e incerto;

- Participar e influenciar o processo regional de criação de uma ordem justa e democrática em África e no mundo, procurando soluções colectivas para os problemas do continente e para os problemas internacionais na base do direito internacional e reconhecendo um papel central à União Africana e à ONU;
- Contribuir para a eliminação de focos de tensão e conflitos bem como para a prevenção dos mesmos, nomeadamente nas regiões circunvizinhas;
- Proteger os interesses do País no exterior e promover a imagem de Estado democrático e de direito, de economia social de mercado e com uma política externa independente

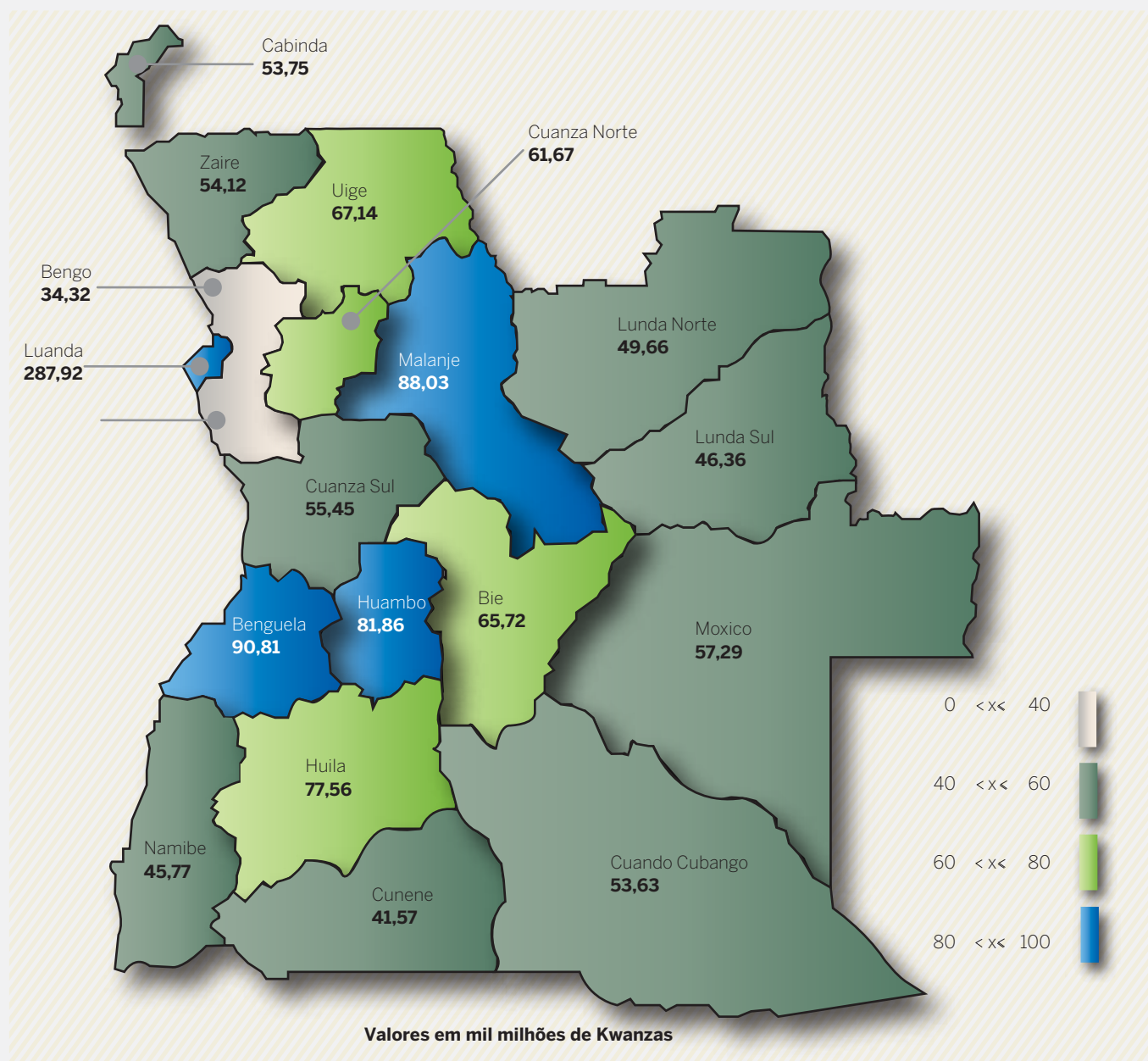


Contrabando de combustíveis:

O contrabando de gasolina, gasóleo, petróleo iluminante e lubrificantes causa graves prejuízos à economia nacional. Provoca escassez de combustíveis, desvia as despesas alocadas nos subsídios ao preço dos combustíveis para fora do território nacional. Os comerciantes ilegais, para fugirem ao controlo das autoridades policiais e aduaneiras, utilizam, na calada da noite, as desgarnecidas zonas fronteiriças para fazer chegar o combustível contrabandeado nas regiões de Boma e Muanda, no Baixo Congo, e mesmo Kinshasa, a capital da RDC e em outras regiões do continente.



Leitura Territorial das Despesas:



No tocante a despesa, para 2016 está centrada maioritariamente na província de Luanda, estando de seguida as províncias de Benguela, Malanje e Huambo. No entanto, observa-se que as despesas em províncias como Uíge, Cuanza Norte, Bié, e Huíla ganham cada vez mais importância, o que espelha a dinâmica do executivo na alocação de forma gradual de um volume cada vez maior de recursos às demais províncias.

MAIOR RIGOR NA GESTÃO DOS RECURSOS



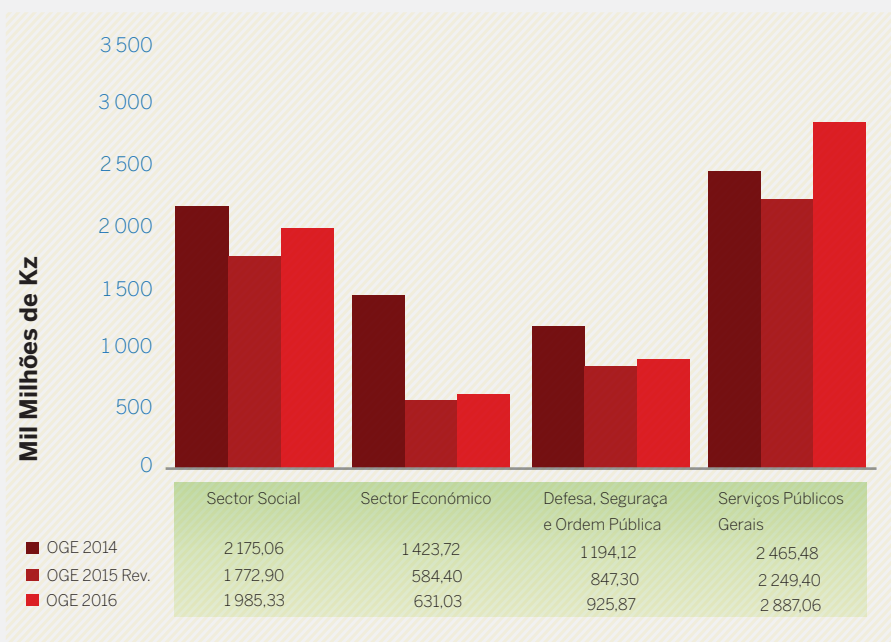
Como racionalizar as nossas despesas:

Para conseguir economizar dinheiro, basta gastar menos do que se ganha. É claro que, na prática, seguir essa regra é bem mais difícil, mas, existem, sim, formas mais fáceis de administrar melhor suas finanças.

O primeiro passo para economizar dinheiro passa pelo pagamento das dívidas, deve ser sua grande prioridade financeira e em segundo programar as poupanças, dificilmente conseguirá economizar dinheiro se deixar essa tarefa para o final do mês.

Realizar sempre que possível pagamentos à vista e monitorar o seu orçamento ao longo do mês e desfazer-se dos gastos desnecessários por meio do estabelecimento de prioridade nas tuas despesas e assim guardar dinheiro para o que realmente necessitas.

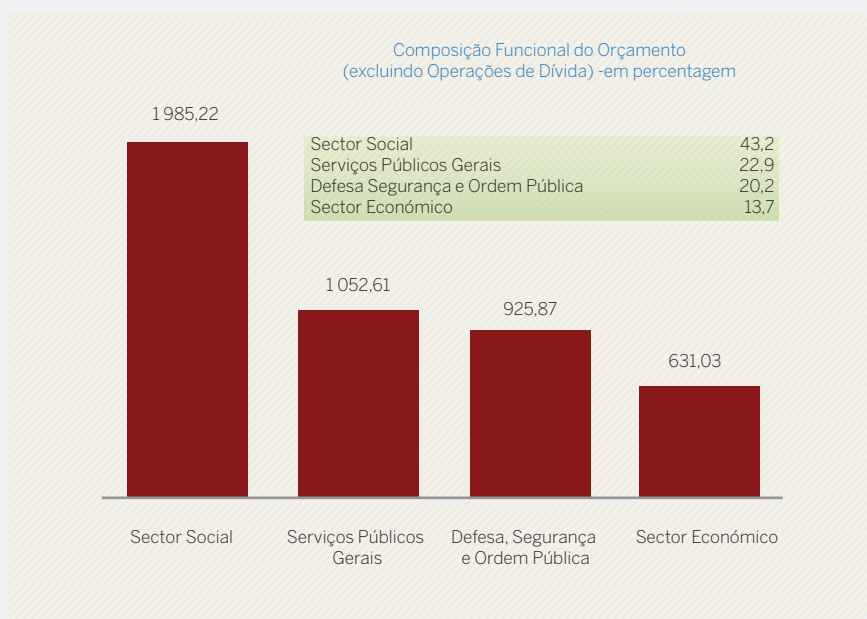




Leitura Funcional das Despesas:

Na perspectiva funcional da despesa (excluídas as operações financeiras), o sector social representa 43,2%, Serviços Públicos Gerais 22,9%, funções Defesa, Segurança e Ordem Pública 20,2% e Económica 13,7%.

O peso do sector social resulta da necessidade de garantia da manutenção serviços públicos de saúde, de educação e de assistência social a crianças e idosos, de formas a assegurar a contínua implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Face ao ano 2015, as despesas com o sector social deverão crescer em 12%.



O peso do sector social resulta da importância da operação e manutenção das instituições prestadoras de serviços públicos de saúde, de educação e de assistência social a crianças e idosos,

QUALIDADE NAS DESPESAS

Melhores práticas de contratação pública:

O Serviço Nacional da Contratação Pública (SNCP) adoptou, partir de 2013, um conjunto de tarefas, desde as acções de formação ministradas às Entidades Públicas Contratantes, o apoio às Entidades Públicas Contratantes em matéria de contratação pública, a criação do Portal da Contratação Pública e do primeiro Boletim Estatístico da Contratação Pública Angolana (BECPA), a elaboração de projectos de diplomas legislativos que promovam políticas e boas práticas de contratação pública. Estamos expectantes de que a Proposta de Lei dos Contractos Públicos e seus regulamentos, a implementação da contratação centralizada por intermédio dos acordos-quadro e da contratação electrónica irão alicerçar mais a aplicação dos princípios gerais transversais à Administração Pública, para alcançarmos o rigor e transparência nas aquisições públicas.

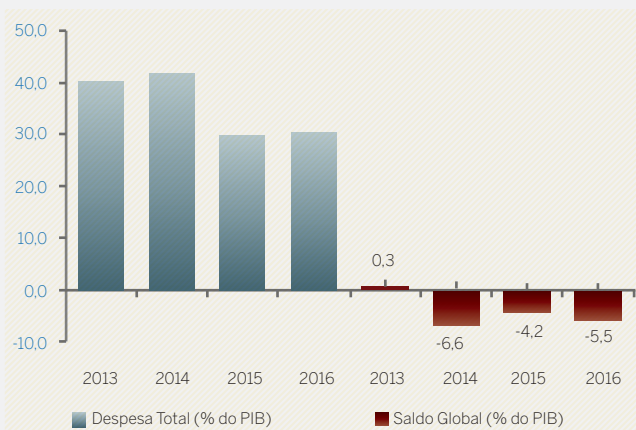
Maior eficácia no pagamento dos salários:

No âmbito da revisão de Orçamento Geral do Estado (OGE) 2015, o Governo avançou com várias medidas de contenção das despesas, mas com a garantia de manter "constante" os gastos com os salários do sector público. No entanto, para imprimir maior qualidade nas despesas com os salários no sector público, foi aprovada por um decreto-executivo conjunto dos ministérios das Finanças, da Administração do Território, e da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, de 04 de Setembro, a criação de brigadas para a recolha e armazenamento dos dados pessoais, tendo como finalidade a identificação biométrica e a actualização dos dados dos funcionários Público, de modo a garantir o controlo eficaz e permitir que o pagamento de salários seja efectuado somente aos funcionários públicos devidamente registados no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado.

Maior eficiência nas despesas pública:

Todo o programa público deve gerar benefícios visíveis para o país, ao passo que os custos são pagos por todos os contribuintes, de forma extensiva. Os gastos públicos devem estimular o crescimento sustentável da economia. Maior racionalidade nas despesas públicas, portanto, provoca maior crescimento do PIB.

Maior eficiência do gasto público é necessário para que o país possa obter maior crescimento económico, mais renda, menor desigualdade, mais oportunidades de trabalho e bem-estar para as populações.



No contexto do Programa de Diversificação da Produção Nacional, para 2016 está será concretizada uma reforma estrutural na agricultura, dando maior amplitude a mecanização agrícola voltada para o aumento da produtividade, o aprofundamento das sinergias entre o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e as Instituições Multilaterais de apoio ao desenvolvimento do agronegócio, geradores de externalidades positivas que potenciam os esforços de combate a pobreza. Com efeito, o limite das garantias públicas disponíveis para o ano de 2016 será maioritariamente voltado para operações do sector agrícola.

VEICULOS DE FINANCIAMENTO DA ECONOMIA



O crédito estimula o investimento, a criação de novos negócios e serve de impulsionador aos negócios já existentes. Em um cenário económico desfavorável, fruto das pressões da queda dos preços do petróleo nos mercados internacionais, urge a necessidade de diversificar-se a economia nacional.

Programa Angola Investe: Tem como principal objectivo a criação em Angola de um tecido empresarial nacional fortalecido, sobretudo ao nível das Micro Pequenas e Médias Empresas (MPME), que sejam geradores de emprego e de riqueza para os angolanos.

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA): Dentro do seu programa de financiamento com taxas de juro atractivas tem privilegiado financiamentos até **90%** dos investimentos direccionados para os sectores da Agricultura; Indústria; Comércio e Prestação de Serviços, a taxa de juros de **6,7%** ao ano.

Linha especial de crédito agrícola: No quadro do programa de fortalecimento dos pequenos e médios produtores agro-pecuários, o Executivo aprovou uma linha de crédito para apoio a estes produtores, no valor em Kwanzas equivalente a USD 350.000.000,00, dos quais **USD 150.000.000,00** para o Crédito Agrícola de Campanha (CAC) e **USD 200.000.000,00** para Crédito Agrícola de Investimento.

O CAC é concedido pelos Bancos Operadores (BPC; BCI; BSOL e BAI Micro Finanças) a taxa de juro de **2%** ao ano. O CAI é concedido pelo BDA a taxa de juro de **3,4%**.

Fundo activo de capital de risco (FACRA): Oferece financiamento para as Micro Pequenas e Médias Empresas, no montante em Kwanzas equivalente a **USD 8.000.000,00**, num período de vigência de 3 a 7 anos e participações minoritárias até **49%** sobre o valor do projecto.

Fundo de garantia de crédito (FGC): Criado considerando a necessidade das sociedades de garantia de crédito desenvolverem a sua actividade com eficiência, assim como os agentes económicos obterem garantias no financiamento das suas operações. Os beneficiários são as MPME certificadas pelo INAPEM. O fundo cobre até **70%** do valor do empréstimo, os restantes **30%** cobertos pelo cliente sob a forma de garantias pessoais ou consignação de receitas, tem como encargo a comissão de 2% ao ano, cobrada ao beneficiário pelo benefício da garantia.

A REFORMA NA AGRICULTURA

É objectivo do Governo, a criação de condições para que a agricultura de pequenos produtores seja sustentável. Isto torna-se importante pelo papel dos pequenos produtores na produção de alimentos e da crescente preocupação da sociedade com os impactos das actividades humanas no meio ambiente. A transformação do modo de produção da agricultura de pequeno porte, aumentará o seu impacto económico, social, assim como os rendimentos obtidos pelos agricultores.

Com o intuito de reforçar a aposta na actividade agrícola, numa altura em que a área petrolífera está em queda e o País aposta na diversificação da economia, o Governo Angolano aumentou os investimentos no sector primário, com grande destaque para o da Agricultura, de forma prudente, claro.

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO				
	2013	2014	2015	2016
Agricultura	67 040 369 018,00	47 743 080 311,00	29 299 021 685,63	34 775 228 926,00
Sivicultura	35 864 742,00	25 000 000,00		666 667,00
Pesca e Caça	8 456 037 698,00	12 157 358 522,00	7 382 094 794,00	5 795 445 448,00

Contrariamente a tendência de queda das despesas do OGE direccionado para Agricultura, dos últimos anos, o Governo Angolano tem previsto para o OGE 2016 um aumento de 19% dos recursos reservados a Agricultura, tendo fixado as despesas para o sector em KZ 34,8 mil milhões.

Este esforço é justificado pela necessidade de reestruturar a agricultura, reforçando o seu papel base central para a industrialização do País. Este sector da cadeia produtiva de valores tem uma forte influência na diversificação da economia, diante do actual cenário macroeconómico. A reflexão em torno do sector da cadeia produtiva, bem como a sua implementação ganhar grande relevo, para acudir a situação da dependência do petróleo (que está em queda).

A Agro-indústria é a aposta do Governo.





MINISTÉRIO DAS
FINANÇAS

Largo da Mutamba

Contactos: +244 222 335 250/ +244 222 395 376

E-mail: gci@minfin.gv.ao

